

**UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS, ENSINO E PESQUISA –
UNISEPE - LTDA**

FACULDADE PERUÍBE

TEXTO REGIMENTAL

Peruíbe (SP)

INDICE

TÍTULO I - DA FACULDADE E SEUS OBJETIVOS	3
TÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FACULDADE	3
CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO	4
CAPÍTULO II - DO CONSELHO SUPERIOR	4
Seção I - Da Constituição	4
Seção II - Do Funcionamento	5
Seção III - Da Competência	5
CAPÍTULO III - DA DIRETORIA	5
CAPÍTULO IV - DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO	6
Seção I - Do Instituto e seus Objetivos	6
Seção II - Da Estrutura Organizacional do Instituto Superior de Educação	7
Seção III - Dos Cursos e Programas	7
CAPÍTULO V - DO COLEGIADO DE CURSO	8
Seção I - Da Constituição	9
Seção II - Do Funcionamento	9
Seção III - Da Competência	9
CAPÍTULO VI - DA COORDENAÇÃO DO CURSO	9
TÍTULO III - DA ATIVIDADE ACADÊMICA	10
CAPÍTULO I - DO ENSINO	10
CAPÍTULO II - DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO	11
TÍTULO IV - DO REGIME ESCOLAR	12
CAPÍTULO I - DO ANO LETIVO	12
CAPÍTULO II - DO PROCESSO SELETIVO	12
CAPÍTULO III - DA MATRÍCULA	13
CAPÍTULO IV - DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	14
CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR	14
CAPÍTULO VI - DOS ESTÁGIOS	15
TÍTULO V - DA COMUNIDADE ACADÊMICA	16
CAPÍTULO I - DO CORPO DOCENTE	16
CAPÍTULO II - DO CORPO DISCENTE	17
CAPÍTULO III - DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	17
TÍTULO VI - DO REGIME DISCIPLINAR	17
CAPÍTULO I - DO REGIME DISCIPLINAR EM GERAL	18
CAPÍTULO II - DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE	18
CAPÍTULO III - DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE	18
TÍTULO VII - DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS	19
TÍTULO VIII - DAS RELAÇÕES COM A ENTIDADE MANTENEDORA	19
TÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

FACULDADE PERUÍBE

REGIMENTO

TÍTULO I DA FACULDADE E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º A Faculdade Peruíbe, doravante denominada apenas por “Faculdade”, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Peruíbe, Estado de São Paulo, é uma instituição, particular, de ensino superior, mantida pela União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa – UNISEPE, que é uma sociedade civil, com fins lucrativos. A União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa – UNISEPE resultou da transformação da Associação Acadêmica Amparense que é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituída em 15/02/1992, com sede e foro na cidade de Amparo/SP, em uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada de Sociedade Acadêmica Amparense S/C Ltda. O contrato social da sociedade foi registrado aos 8/2/2002, sob nº. 761, fls. 52 do livro A-2 de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Amparo, da Comarca de Amparo/SP, estando devidamente inscrita, no CGC/MF sob nº. 67.172.676/0001-33. Em 1/11/2007 por meio da quarta alteração contratual ocorreu a alteração da denominação social de Sociedade Acadêmica Amparense LTDA para UNISEPE – União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa LTDA. Registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o número 462.028/07-0 em 12/12/2007.

Art. 2º A Faculdade rege-se pelo presente regimento, pelo contrato social da mantenedora e pela legislação do ensino superior.

Art. 3º A Faculdade, como instituição da educação superior, tem por objetivos:

- I- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
- VII- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

TÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FACULDADE

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º A administração da Faculdade é composta pelos seguintes órgãos:

- I- Conselho Superior;
- II- Diretoria;
- III- Instituto Superior de Educação;
- IV- Colegiado de Curso;
- V- Coordenação de Curso.

Art. 5º Ao Conselho Superior e ao Colegiado de Curso aplicam-se as seguintes normas:

§ 1º O Conselho Superior e o Colegiado de Curso funcionam com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria de voto dos presentes.

§ 2º O presidente do Conselho Superior participa da votação e, no caso de empate, terá o voto de qualidade.

§ 3º Nenhum membro do Conselho Superior pode participar de sessão em que se aprecie matéria de seu interesse particular.

§ 4º As reuniões se realizam em datas pré-fixadas ou convocadas com antecedência mínima de 24 horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos.

§ 5º Das reuniões é lavrada ata, lida e assinada pelos membros presentes na mesma sessão ou na seguinte.

CAPÍTULO II DO CONSELHO SUPERIOR

Seção I Da Constituição

Art. 6º O Conselho Superior órgão consultivo, normativo e deliberativo, é constituído:

- I- pelo Diretor, seu presidente nato;
- II- pelo Vice-diretor;
- III- pelo Coordenador do Instituto Superior de Educação;
- IV- pelos Coordenadores dos cursos;
- V- por 2 (dois) representantes Docentes;
- VI- por 1 (um) representante Discente;
- VII- por 1 (um) representante do Corpo Técnico – Administrativo;
- VIII- por 1 (um) representante da Entidade Mantenedora.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Superior, descritos nos incisos V, VI e VII são eleitos por seus pares, o membro do inciso VIII indicado pela Entidade Mantenedora, todos com mandato de um ano, permitida a recondução.

Seção II Do Funcionamento

Art.7º O Conselho Superior reúne-se semestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor, ou a requerimento de 2/3 dos seus membros, sendo presidido pelo Diretor ou seu substituto legal.

Seção III Da Competência

Art. 8º Compete ao Conselho Superior:

- I- deliberar sobre diretrizes gerais de ensino, pesquisa e extensão, zelando pela eficiência das mesmas nos termos da legislação do ensino superior vigente e deste regimento;
- II- deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor;
- III- decidir em grau de recurso os casos que lhe forem afetos;
- IV- aplicar penalidade dentro de sua competência;
- V- aprovar o regimento, com seus respectivos anexos, submetendo-o aos órgãos competentes do Ministério da Educação;
- VI- aprovar o plano anual de atividades da Faculdade;
- VII- sugerir a criação, modificação e extinção de cursos e programas obedecendo a legislação em vigor;
- VIII- apreciar o relatório anual da Diretoria;
- IX- aprovar o calendário escolar; e
- X- exercer as demais atribuições decorrentes da legislação em vigor e deste regimento.

CAPÍTULO III DA DIRETORIA

Art. 9º A Diretoria, exercida pelo Diretor, com o auxílio do Vice-diretor, é órgão executivo superior de direção, fiscalização e controle das atividades da Faculdade.

Parágrafo único. Compete ao Vice-diretor substituir o Diretor em suas ausências.

Art. 10. O Diretor e o Vice-diretor são escolhidos pela Mantenedora.

Art. 11. O mandato do Diretor e do Vice-diretor é de quatro anos, admitida a recondução.

Art. 12. São atribuições do Diretor:

- I- representar a Faculdade junto às pessoas ou instituições públicas ou privadas;
- II- convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior;
- III- encaminhar à mantenedora expediente com deliberações dos órgãos técnicos que dependem de aprovação desta;
- IV- propor à mantenedora contratação e dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo;
- V- elaborar o plano anual de atividade da Faculdade e submetê-lo à aprovação do Conselho Superior;
- VI- conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados escolares;

- VII- propor ao Conselho Superior, ao Colegiado de Curso e à Mantenedora as medidas que julgar necessárias ao bom andamento dos trabalhos escolares e ao fiel cumprimento dos objetivos da Faculdade;
- VIII- zelar pela execução das deliberações aprovadas pelos demais órgãos competentes da Faculdade, especialmente o calendário escolar e os planos de ensino e cooperação;
- IX- expedir instruções, regulamentos, portarias, ordens de serviços e demais atos de natureza administrativa;
- X- designar comissões para desempenho de funções especiais;
- XI- dar posse aos coordenadores de cursos;
- XII- autorizar publicações, sempre que estas envolvam responsabilidade da Faculdade;
- XIII- cumprir e fazer cumprir este regimento;
- XIV- exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste regimento; e
- XV- resolver os casos relacionados com o Instituto Superior de Educação da Faculdade omissos neste regimento “ad referendum” do Conselho Superior.

CAPÍTULO IV DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Seção I Do Instituto e seus Objetivos

Art. 13. O Instituto Superior de Educação da Faculdade, como órgão de formação de professores, tem por objetivos:

- I- articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores, base para os projetos pedagógicos específicos dos cursos;
- II- congregar cursos de formação de professores, oferecidos em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, bem como outros programas especiais em seus diversos níveis;
- III- produzir e difundir o conhecimento referente aos processos de ensino e aprendizagem relacionados à educação básica e à educação escolar como um todo;
- IV- preparar docentes com base na constituição de competências, habilidades, atitudes, valores e na aquisição, construção e produção de conhecimentos indispensáveis a sua formação;
- V- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da educação e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, com vistas a uma ação consciente sobre a realidade através da educação;
- VI- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que serão adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VII- estimular o conhecimento dos problemas educacionais mundiais, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VIII- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- IX- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Seção II **Da Estrutura Organizacional do Instituto Superior de Educação**

Art. 14. O Instituto Superior de Educação da Faculdade é composto, em sua organização, por uma Coordenação, pelos Colegiados dos cursos de formação de professores e suas respectivas coordenações.

Art. 15. A Coordenadoria do Instituto Superior de Educação, exercida por um Coordenador nomeado pela mantenedora, é o órgão executivo superior de coordenação, fiscalização e controle das atividades do Instituto.

Art. 16. O mandato do Coordenador é de quatro anos, admitida a recondução.

Art. 17. São atribuições do Coordenador:

- I- representar o Instituto Superior de Educação junto às pessoas ou instituições públicas ou privadas;
- II- articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores, base para os projetos pedagógicos específicos dos cursos;
- III- encaminhar à Faculdade expediente com deliberações dos órgãos técnicos que dependem de aprovação do diretor desta;
- IV- propor à Faculdade contratação e dispensa de pessoal docente e técnico – administrativo que atuem no Instituto;
- V- elaborar o plano anual de atividade do Instituto Superior de Educação e submetê-lo à aprovação do Conselho Superior;
- VI- propor ao Conselho Superior, aos Colegiados dos cursos de formação de professores e à Diretoria, as medidas que julgar necessárias ao bom andamento dos trabalhos escolares e ao cumprimento dos objetivos do Instituto Superior de Educação;
- VII- designar comissões para desempenho de funções especiais;
- VIII- cumprir e fazer cumprir este regimento; e
- IX- exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste regimento.

Seção III **Dos Cursos e Programas**

Art. 18. O Instituto poderá ministrar os seguintes cursos e programas:

- I- cursos de licenciatura destinados à formação de docentes da educação básica;
- II- programas de formação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis;
- III- programas especiais de formação pedagógica, destinados a portadores de diploma de nível superior que desejem ensinar na educação básica, em áreas de conhecimento ou disciplinas de sua especialidade;
- IV- formação pós-graduada, de caráter profissional, voltada para a atuação na educação básica.

§1º. Os cursos e programas do Instituto Superior de Educação observarão, na formação de seus alunos:

- I- a articulação entre teoria e prática, valorizando o exercício da docência;
- II- a articulação entre áreas do conhecimento ou disciplinas;
- III- o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e na prática profissional;
- IV- a ampliação dos horizontes culturais e o desenvolvimento da sensibilidade para as transformações do mundo contemporâneo.

§2º. Observado o disposto no parágrafo 1º deste artigo, os cursos de licenciatura e os programas especiais de formação pedagógica serão organizados e atuarão de modo a capacitar profissionais aptos a:

- I- conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados às áreas de conhecimento que serão objeto de sua atividade docente, adequando-os às necessidades dos alunos;
- II- compreender e atuar sobre o processo de ensino-aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino;
- III- resolver problemas concretos da prática docente e da dinâmica escolar, zelando pela aprendizagem dos alunos;
- IV- considerar, na formação dos alunos da educação básica, suas características sócio-culturais e psicopedagógicas; e
- V- sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente.

Art. 19. Visando assegurar a especificidade e o caráter orgânico do processo de formação profissional, o Instituto Superior de educação terá projeto institucional próprio de formação de professores, que articule os projetos pedagógicos dos cursos e integre:

- I- as diferentes áreas de fundamentos da educação básica;
- II- os conteúdos curriculares da educação básica;
- III- as características da sociedade de comunicação e informação.

Art. 20. O Instituto Superior de Educação contará com corpo docente próprio apto a ministrar, integradamente, o conjunto dos conteúdos curriculares e a supervisionar as atividades dos cursos e programas que ofereçam.

§1º. O corpo docente terá titulação pós-graduada, preferencialmente em área relacionada aos conteúdos curriculares da educação básica, incluindo também docentes em regime de tempo integral e com experiência na educação básica.

§2º. Corpo docente próprio é aquele constituído pelos professores contratados pela Faculdade e que atuem nos cursos de licenciatura.

§3º. O corpo docente participará, em seu conjunto, da elaboração, execução e avaliação dos respectivos projetos pedagógicos específicos.

CAPÍTULO V DO COLEGIADO DE CURSO

Seção I Da Constituição

Art. 21. O Colegiado de Curso, órgão técnico, consultivo e deliberativo em assuntos pedagógicos, científicos, didáticos e disciplinares no âmbito do curso, é constituído:

- I- pelo Coordenador do curso, seu presidente;
- II- por cinco professores do curso;
- III- por um representante do corpo discente do curso.

Parágrafo único. Os membros do Colegiado de Curso descritos nos incisos II e III, são eleitos por seus pares, sendo o mandato de um ano, permitida a recondução.

Seção II Do Funcionamento

Art. 22. O Colegiado de Curso reúne-se mensalmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria, pelo Coordenador de curso, por iniciativa própria ou a requerimento de dois terços dos seus membros, com indicação do motivo e convocado com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

Seção III Da Competência

Art. 23. Compete ao Colegiado de Curso:

- I- aprovar o projeto pedagógico do curso;
- II- deliberar sobre os projetos relativos aos cursos de aperfeiçoamento, extensão, atualização e treinamento;
- III- aprovar o plano geral de atividades do curso;
- IV- avaliar o desempenho do corpo docente;
- V- deliberar sobre propostas de medidas disciplinares contra o pessoal docente encaminhadas pelo curso;
- VI- deliberar sobre normas de prestação de serviços à comunidade, relacionadas com o curso;
- VII- acompanhar o processo de aprendizagem do corpo discente;
- VIII- deliberar sobre alterações e/ou modificações do currículo do curso com observância das diretrizes curriculares;
- IX- aprovar os projetos de ensino, pesquisa e extensão considerados relevantes para a melhoria da qualidade do ensino;
- X- aprovar o relatório das atividades encaminhado pelo coordenador de curso;
- XI- aprovar normas e regulamentos referentes a estágio, monografia, atividades complementares e extra-classe, bem como de outras práticas pedagógicas; e
- XII- exercer as demais atribuições decorrentes da legislação em vigor e deste regimento.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 24. A Coordenação de Curso, exercida por um Coordenador, é um órgão executivo que coordena, fiscaliza e controla as atividades do curso.

§1º O Coordenador de Curso é escolhido pelo Diretor.

§ 2º Na escolha do Coordenador de Curso é observada a experiência acadêmico-administrativa e a disponibilidade de horário para a instituição.

Art. 25. Compete à Coordenação de Curso:

- I- distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades e coordenar-lhes as atividades;
- II- aprovar, acompanhar e arquivar os programas e planos de ensino das disciplinas do curso, apresentados, obrigatoriamente, pelos professores;
- III- organizar, semestralmente, o plano geral de suas atividades e submetê-lo ao Colegiado de Curso;
- IV- adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- V- promover e estimular a prestação de serviços à comunidade;
- VI- elaborar e executar, após aprovação pelo Colegiado de Curso os projetos de ensino, pesquisa, extensão, de atualização e de treinamento propostos pelos professores considerados relevantes para a melhoria da qualidade do ensino;
- VII- emitir parecer sobre aproveitamento de estudos e adaptações de disciplinas;
- VIII- opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- IX- organizar, coordenar e supervisionar os estágios;
- X- sugerir alterações e/ou modificações no currículo do curso obedecida a legislação em vigor;
- XI- elaborar em conjunto com os professores o projeto pedagógico do curso mantendo-o sempre atualizado;
- XII- manter atualizado um banco de dados de seus professores contendo dados cadastrais, funcionais e acadêmicos;
- XIII- encaminhar à direção as sugestões dos docentes relacionadas com aquisições de títulos para biblioteca, equipamentos e recursos materiais e tecnológicos; e
- XIV- exercer as demais competências previstas em lei e neste regimento.

Art. 26. São atribuições do Coordenador de Curso:

- I- convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- II- representar o curso junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- III- supervisionar e fiscalizar a rigorosa observância do regime escolar, a execução dos programas, planos de cursos e estágios, verificando a assiduidade e as atividades dos professores;
- IV- apresentar, anualmente, ao Colegiado de Curso e à Diretoria, o relatório de suas atividades;
- V- sugerir a contratação, substituição ou dispensa do pessoal docente; e
- VI- exercer as demais atribuições que o cargo de coordenador exige, ou decorrente de disposições legais, estatutárias e regimentais.

TÍTULO III DA ATIVIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I DO ENSINO

Art. 27. A Faculdade poderá ministrar cursos de graduação, de pós-graduação (*stricto sensu e lato sensu*), seqüenciais, de extensão, podendo ser presenciais ou à distância, observada a legislação pertinente.

Art. 28. Os cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, são abertos a candidatos que atendem aos requisitos estabelecidos pela instituição, obedecidas a legislação e normas vigentes.

Parágrafo único. Os estudos realizados nos cursos seqüenciais podem ser aproveitados nos demais cursos de graduação, obedecidos critérios relativos ao nível de ensino, conteúdo programático e duração.

Art. 29. Os cursos de graduação são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo e destinam-se a formação profissional em nível superior e a obtenção do grau acadêmico.

Parágrafo único. Para cada curso de graduação é organizado um currículo pleno, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas pelo Poder Público, devendo, em qualquer caso, ser integralmente cumprido pelo aluno, para obtenção do grau acadêmico.

Art. 30. Os cursos de pós-graduação destinam-se a proporcionar formação científica e cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e ensino nos diferentes ramos do saber.

Art. 31. Os cursos de pós-graduação compreendendo programas de mestrado e doutorado, curso de especialização, aperfeiçoamento e outros, são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências da instituição.

§1º Os cursos de pós-graduação “lato sensu”, especialização, aperfeiçoamento e outros, obedecem a plano específico, elaborados de acordo com a legislação.

§2º Os cursos de pós-graduação “stricto sensu”, mestrado e doutorado, conferindo os graus de mestre e doutor respectivamente, de acordo com a área acadêmica ou profissional correspondente, obedecem a legislação em vigor.

Art. 32. Os cursos de pós-graduação podem ser oferecidos pela Faculdade ou resultar de convênios ou associações desta com outras instituições públicas ou particulares.

Art. 33. Os cursos de extensão são destinados a divulgar informações, ampliar, atualizar e aprofundar conhecimentos e desenvolver práticas afins aos conteúdos dos cursos de graduação e são abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos e próprios de cada curso.

Art. 34. Cabe à Coordenação de Curso a elaboração dos projetos dos cursos de extensão, atualização e treinamento, bem como, o acompanhamento e a avaliação dos mesmos.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO

Art. 35. A pesquisa na Faculdade é encarada como função primordial, voltada para a busca de novos conhecimentos e técnicas e como recurso da educação, destinado ao cultivo de atitudes científicas indispensáveis a uma correta formação de nível superior.

Art. 36. Além de suas funções de ensino e pesquisa, a Faculdade atua diretamente em seu meio mediante as atividades de extensão, com o objetivo de contribuir para a elevação do nível cultural buscando uma articulação permanente com a comunidade.

TÍTULO IV DO REGIME ESCOLAR

CAPÍTULO I DO ANO LETIVO

Art. 37. O ano letivo, independente do ano civil, abrange, no mínimo, 200 dias, distribuídos em dois períodos regulares, cada um com, no mínimo, cem dias de atividades, não computados os dias reservados aos exames finais.

§1º O período letivo prolongar-se-á sempre que necessário para que se completem os dias letivos previstos, bem como para o integral cumprimento do conteúdo e da carga horária estabelecidos nos programas das disciplinas.

§2º Entre os períodos letivos regulares são oferecidos estudos afins de modo a assegurar o funcionamento contínuo da Faculdade, podendo oferecer cursos de aperfeiçoamento, atualização, extensão, recuperação e outros que se fizerem oportunos.

§3º A Faculdade de acordo com a legislação vigente torna público o catálogo de cursos, com todo o detalhamento definido na legislação e informará aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir às respectivas condições.

Art. 38. As atividades da Faculdade são escalonadas semestralmente em calendário escolar e aprovadas pelo Conselho Superior.

CAPÍTULO II DO PROCESSO SELETIVO

Art. 39. O processo seletivo destina-se a avaliar a formação dos candidatos e a classificá-los segundo o estrito limite das vagas oferecidas.

§1º As vagas oferecidas para cada curso são as autorizadas pelo Órgão Federal Competente.

§2º As inscrições para o processo seletivo serão abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação de provas, os critérios de classificação e de desempate e demais informações exigidas pela legislação em vigor.

Art. 40. O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do Ensino Médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

Art. 41. A classificação faz-se pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pela legislação vigente.

§1º A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza o concurso, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

§2º Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá realizar-se novo processo seletivo ou nelas poderão ser recebidos alunos transferidos de outro curso ou instituição, ou portadores de diploma de graduação.

Art. 42. A Faculdade poderá celebrar convênio com outras instituições para a realização do processo seletivo.

CAPÍTULO III DA MATRÍCULA

Art. 43. A matrícula, ato formal de ingresso no curso e de vinculação à Faculdade, realiza-se na Secretaria, em prazos estabelecidos no Calendário Escolar.

Art. 44. A matrícula é feita por série ou módulo, no curso pretendido, quando regimentalmente reconhecido o direito deste ato.

Art. 45. A matrícula é renovada anualmente ou semestralmente, nos termos das normas aprovadas pelo Conselho Superior, nos prazos estabelecidos no Calendário Escolar, pela Diretoria.

§1º A não-renovação da matrícula, nos prazos fixados pela Diretoria, implica em abandono de curso e desvinculação do aluno da Instituição.

§2º O requerimento de renovação de matrícula é instruído com o comprovante de pagamento ou de isenção das contribuições ou taxas devidas, bem como da quitação de débitos anteriores, além de prova de quitação com as obrigações eleitorais, militares e civis, quando for o caso.

Art. 46. É concedido o trancamento da matrícula para o efeito de, interrompidos os estudos, manter o aluno, com sua vinculação à Instituição e seu direito à renovação de matrícula no prazo fixado.

Parágrafo único. O trancamento de matrícula é concedido, se requerido nos prazos estabelecidos, por tempo expressamente estipulado no requerimento e nunca superior, no seu total, à metade da duração do curso em que se encontre matriculado o requerente.

Art. 47. É concedido o cancelamento de matrícula mediante requerimento pessoal.

CAPÍTULO IV DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 48. É concedida matrícula a aluno transferido de curso superior de instituição congênere nacional ou estrangeira, na estrita conformidade das vagas existentes no curso de interesse, se requerida nos prazos fixados no Edital próprio de acordo com as normas aprovadas pelo Conselho Superior através de processo seletivo especial.

§1º Em caso de servidor público, civil ou militar, removido “ex officio”, para a sede da Instituição, de seus dependentes e de estudantes que se transfiram de domicílio para exercer cargo público, a matrícula é concedida independente de vaga e de prazos, nos termos da lei.

§2º O requerimento de matrícula por transferência é instruído com documentação constante no Edital próprio, além do histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com aprovação e/ou reprovação, dependência e outros.

§3º A documentação pertinente à transferência, necessariamente original, tramitará diretamente entre as instituições.

Art. 49. O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem, se equivalentes, nos termos das normas internas e da legislação.

Parágrafo único. O aproveitamento de estudos é concedido a requerimento do interessado e as adaptações são determinadas nos termos do plano de estudos elaborados, observadas as normas aprovadas pelo Conselho Superior e a legislação pertinente.

Art. 50. Em qualquer época, a requerimento do interessado, a Instituição concede transferência aos alunos nela matriculados.

Art. 51. O aproveitamento de estudos para os casos de alunos que ingressam na Instituição nos moldes previstos no §1º. do Art. 48 é regulado por norma específica aprovada pelo Conselho Superior.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

Art. 52. Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Superior, na forma da lei.

Art. 53. A freqüência às aulas e demais atividades escolares, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas.

Parágrafo único. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina ou módulo o aluno que não obtenha frequência a, no mínimo, setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas.

Art. 54. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares e no exame final.

§1º O exame final, realizado ao fim do período letivo, visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina e consta de prova escrita.

§ 2º Além das avaliações previstas no caput deste artigo, a Faculdade poderá fazer uma avaliação integradora, com conteúdo acumulativo, para todas as séries dos cursos, segundo normas estabelecidas pelo Colegiado Superior.

§ 3º No caso de matrícula no sistema modular, os critérios de aproveitamento e aprovação serão estabelecidos pelo Conselho Superior.

Art. 55. A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero a dez pontos, permitindo-se o fracionamento de inteiro em cinco décimos.

Art. 56. Atendida em qualquer caso a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares, é aprovado:

- I - Independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a seis, correspondente à média ponderada das notas dos exercícios escolares e da avaliação integradora, segundo normas estabelecidas pelo Conselho Superior; e
- II - Mediante exame final, o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento inferior a seis, porém não inferior a cinco, obtiver média final não inferior a seis, correspondente à média aritmética entre a nota de aproveitamento e a nota do exame final.

Art. 57. O aluno reprovado em até duas disciplinas na série anterior, poderá cursá-las em regime especial de dependência, obedecendo as normas fixadas pelo Conselho Superior.

§1º A Instituição poderá oferecer cursos ou disciplinas em horários especiais, com metodologia adequada para os alunos em dependência ou adaptação, em períodos e na forma que se compatibilizem com as suas atividades regulares, estabelecidos pela Coordenação de Curso e aprovados pelo Conselho Superior.

§2º Os alunos reprovados em três ou mais disciplinas, matriculam-se na mesma série que estavam cursando essas disciplinas, não podendo entretanto, cursar outras, da série seguinte, ficando dispensados de cursar aquelas em que já obtiveram aprovação.

§3º Não se admite nova promoção com dependência de disciplina(s) de série não imediatamente anterior.

CAPÍTULO VI DOS ESTÁGIOS

Art. 58. Os estágios supervisionados constam de atividades de prática, pré-profissional, exercidas em situações reais ou simuladas de trabalho.

§ 1º Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do estágio, prevista no currículo do curso, nela podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.

§ 2º Os estágios não estabelecem vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

Art. 59. Os estágios são supervisionados por docentes designados pela Coordenação de Curso.

Parágrafo único. Os estágios obedecem a regulamentos próprios, aprovados pelo Colegiado de Curso respectivo.

TÍTULO V DA COMUNIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I DO CORPO DOCENTE

Art. 60. O corpo docente da Faculdade é constituído dos professores integrantes do Plano de Carreira Docente, estabelecido pela entidade mantenedora e dos professores visitantes ou colaboradores.

§1º Os professores visitantes ou colaboradores terão suas atribuições e encargos definidos em normas específicas, aprovadas pela Diretoria.

§2º Os professores visitantes ou colaboradores serão contratados em caráter eventual e temporário para ministrar cursos, disciplinas ou atividades de magistério superior, por período não superior a dois anos.

§3º Os professores visitantes ou colaboradores poderão ingressar no Plano de Carreira Docente se, após o período contratado, houver vaga disponível e verificado o cumprimento dos requisitos exigidos em cada caso, nível ou classe funcional.

Art. 61. Os professores são contratados pela mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e normas do Plano de Carreira Docente.

Art. 62. São atribuições do professor:

- I- elaborar o plano de trabalho de sua disciplina, submetendo-o à aprovação da coordenação de curso;
- II- orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- III- organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do desempenho e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- IV- entregar à Secretaria Geral os resultados das avaliações, dentro dos prazos fixados;
- V- observar o regime disciplinar da Faculdade;
- VI- elaborar e executar projetos de pesquisas;
- VII- participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

- VIII- recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- IX- colaborar com as atividades de articulação e integração da instituição com a comunidade;
- X- participar da elaboração da proposta pedagógica do curso;
- XI- acompanhar e zelar pela aprendizagem dos discentes; e
- XII- exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e neste regimento.

Art. 63. Nos cursos de natureza presencial, a frequência docente às atividades acadêmicas é obrigatória, sujeito o docente às sanções previstas neste regimento.

CAPÍTULO II DO CORPO DISCENTE

Art. 64. Constituem o Corpo Discente da Faculdade os alunos regulares e não regulares.

§1º O aluno regular é o aluno matriculado em curso de graduação.

§2º O aluno não regular é o aluno inscrito em curso de aperfeiçoamento, de especialização ou de extensão, ou em disciplinas isoladas de qualquer um dos cursos oferecidos regularmente pela entidade, nos termos das normas aprovadas pelo Conselho Superior.

Art. 65. São direitos e deveres do Corpo Discente:

- I- freqüentar as aulas e demais atividades curriculares aplicando-se com máximo interesse no seu aproveitamento;
- II- utilizar os serviços educacionais, administrativos e técnicos oferecidos pela Instituição;
- III- votar e ser votado, na forma da lei, nas eleições para os órgãos de representação estudantil;
- IV- recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- V- observar o regime escolar e disciplinar e comportar-se, dentro e fora da Instituição, de acordo com os princípios éticos condizentes;
- VI- zelar pelo patrimônio da Instituição;
- VII- efetuar pontualmente o pagamento das taxas e contribuições devidas como remuneração dos serviços educacionais recebidos, nos prazos fixados e submeter-se às normas legais pertinentes no caso de não cumprimento dessas obrigações.

CAPÍTULO III DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 66. O corpo técnico-administrativo é constituído por todos os servidores não docentes, tendo a seu cargo os serviços necessários ao bom funcionamento da Faculdade.

Art. 67. A Faculdade zela pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza de instituição educacional, bem como oferece oportunidade de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários.

TÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR

FACULDADE PERUÍBE

CAPÍTULO I DO REGIME DISCIPLINAR EM GERAL

Art. 68. O ato de matrícula e de investidura em cargo e função docente e técnico-administrativa importa em compromisso formal de respeito aos princípios éticos que regem a Faculdade, à dignidade acadêmica, às normas contidas na legislação do ensino, neste regimento e, complementarmente, baixadas pelos órgãos competentes e às autoridades que deles emanam.

Art. 69. Constitui infração disciplinar punível, na forma deste regimento, o desatendimento ou transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

I- na aplicação das sanções disciplinares, será considerada a gravidade da infração, à vista dos seguintes elementos:

- a) primariedade do infrator;
- b) dolo ou culpa;
- c) valor do bem moral, cultural ou material atingido;

II- ao acusado é sempre assegurado o direito de defesa;

III- a aplicação ao aluno de penalidade que implique em afastamento temporário ou definitivo das atividades acadêmicas é precedida de processo disciplinar, mandado instaurar pelo Diretor;

IV- em caso de dano material ao patrimônio da Faculdade, além da sanção disciplinar aplicável, o infrator é obrigado ao ressarcimento.

CAPÍTULO II DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE

Art. 70. Os membros do corpo docente estão sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

- I- advertência;
- II- repreensão; e
- III- demissão.

Art. 71. A pena de advertência é aplicada nos casos de negligência.

Art. 72. A pena de repreensão é aplicada no caso de falta de cumprimento dos deveres como professor.

Art. 73. As penas de advertência e repreensão são da competência do Diretor e a de demissão da entidade mantenedora, por proposta do Diretor.

CAPÍTULO III DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE

Art. 74. Os alunos estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

I- advertência por:

- a) desobediência às determinações do Coordenador ou membro do corpo docente ou administrativo;
- b) perturbação da ordem no recinto da Faculdade;

II- repreensão por :

- a) reincidência nas faltas previstas no inciso I;
- b) desrespeito aos diretores, aos membros do corpo docente e ao corpo administrativo;

- c) uso de bebidas alcoólicas, entorpecentes ou psicotrópicos no recinto da Faculdade.

III- suspensão por:

- a) reincidência nas faltas do inciso II;
- b) ausência coletiva às aulas;
- c) ofensa ou agressão a outro colega;
- d) atos desonestos, incompatíveis com a dignidade acadêmica;
- e) danos causados ao patrimônio moral, científico, cultural ou material da Faculdade.

IV- desligamento por:

- a) injúria ou agressão aos coordenadores, ao corpo docente ou aos funcionários administrativos;
- b) prática de atos definidos por lei como crime ou contravenção punida com pena privativa de liberdade;
- c) incitação à subversão da ordem e do bom andamento das atividades escolares.

Parágrafo único. No caso do inciso IV, desde que o fato desabonador tenha sido apurado em processo administrativo garantidos os atinentes princípios constitucionais.

Art. 75. São competentes para aplicação das penalidades, o Diretor e os coordenadores de cursos.

Art. 76. Da aplicação das penalidades, cabe recurso ao Conselho Superior.

Art. 77. O registro de penalidades aplicadas é feito em livro ou impresso próprio, não constando do histórico escolar.

TÍTULO VII DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS

Art. 78. Aos concluintes dos cursos é conferido o respectivo grau e expedido o diploma ou certificado correspondente.

Art. 79. Os graus acadêmicos são conferidos pelo Coordenador, em sessão pública e solene na qual os graduandos prestam compromisso na forma da lei.

Parágrafo único. Ao concluinte que requerer colação de grau, em data especial, é conferido o grau em ato simples, na presença de três professores, em local e data determinados pelo Coordenador.

TÍTULO VIII DAS RELAÇÕES COM A ENTIDADE MANTENEDORA

Art. 80. A Entidade Mantenedora é responsável perante as autoridades públicas e ao público em geral pela Instituição, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da lei, deste Regimento, da liberdade acadêmica e didático-pedagógica do corpo docente, do corpo discente e da autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

Art. 81. Compete precipuamente à Entidade Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades da Instituição, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros para custeio das suas finalidades, nos termos do plano orçamentário aprovado.

§1º À Entidade Mantenedora reserva-se a administração orçamentária, patrimonial e financeira da Faculdade, podendo delegá-la no todo ou em parte, ao Diretor.

§2º Dependem de aprovação da Entidade Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados ou da Diretoria que importem em aumento de despesas ou custos, previstos ou não, no plano orçamentário.

§3º As unidades mantidas gozam de autonomia nos assuntos didático-pedagógicos, para o seu bom desempenho.

§4º Os convênios interinstitucionais e contratos de prestação de serviços educacionais firmados entre alunos e a instituição, serão assinados pela entidade mantenedora ou pela Diretoria da Instituição com específica delegação de competência.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 82. Salvo disposições em contrário deste regimento, o prazo para interposição de recurso é de até três dias contados da data de publicação do ato recorrido ou de sua comunicação ao interessado.

Art. 83. As taxas e semestralidades escolares são fixadas pela mantenedora atendidos os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

Art. 84. Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior da Faculdade e pelos órgãos competentes do Ministério da Educação, aplicando-se as disposições que importarem em alteração da estrutura curricular e do regime escolar a partir do ano ou semestre letivo subsequente ao ano ou semestre da aprovação.

Peruíbe (SP), 23 de julho de 2019.

Frederico Ribeiro Simões
Diretor